

MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DA SAÚDE

Despacho conjunto. - O art. 33.º do Dec.-Lei 174/93, de 12-5, estabelece a obrigatoriedade de sujeição a exame clínico, ou a outro meio de prova, dos elementos do pessoal do corpo da guarda prisional que se apresentarem ao serviço em aparente estado de intoxicação alcoólica ou de estupefacientes.

O mesmo artigo prevê que o grau de alcoolemia permitido, bem como os processos de detecção a utilizar, serão fixados por despacho conjunto dos Ministros da Justiça e da Saúde.

Assim, havendo necessidade de pormenorizar aspectos da fiscalização legalmente prevista, é aprovado o Regulamento da Verificação do Grau de Alcoolemia e do Estado de Intoxicação de Estupefacientes do Pessoal do Corpo da Guarda Prisional, anexo a este despacho e que dele fica a constituir parte integrante.

4-9-95. - O Ministro da Justiça, *Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio*.
- O Ministro da Saúde, *Adalberto Paulo da Fonseca Mendo*.

Regulamento de Verificação do Grau de Alcoolemia e do Estado de Intoxicação de Estupefacientes do Pessoal do Corpo da Guarda Prisional.

Artigo 1.º

Comunicação superior

Sempre que algum elemento do pessoal do corpo da guarda prisional se apresente ao serviço em aparente estado de intoxicação alcoólica ou de estupefacientes, o facto é imediatamente comunicado ao superior hierárquico referido no n.º 1 do art. 33.º do Dec.-Lei 174/93, de 12-5.

Artigo 2.º

Intoxicação alcoólica

1 - Em caso de aparente estado de intoxicação alcoólica, o superior hierárquico referido no artigo anterior ordena por escrito, dando conhecimento ao examinado, a imediata realização de exame de análise qualitativa destinado a detectar a presença de álcool no sangue.

2 - Sempre que o resultado da análise qualitativa seja positivo, o elemento examinado deve ser sujeito, no prazo máximo de duas horas, a análise quantitativa destinada a determinar a taxa de álcool no sangue.

3 - A determinação da taxa de álcool no sangue é feita por meio de analisador quantitativo do ar expirado, de modelo aprovado, ou por meio de métodos biológicos.

4 - Sempre que seja possível a sujeição imediata do examinado ao analisador quantitativo, não é ordenada a análise qualitativa.

Artigo 3.º

Métodos biológicos

1 - Os métodos biológicos são fundamentalmente análises de sangue ou de urina.

2 - O recurso aos métodos biológicos impõe que se recolha o mais rapidamente possível a amostra a analisar.

3 - Em caso de análise de sangue, são feitas duas colheitas, uma das quais destinada à contraprova, no caso de esta ter sido requerida, nos termos previstos neste Regulamento.

4 - O sangue colhido deve ser vazado em dois recipientes adequados, devidamente selados, referenciados e com aposição da hora da colheita.

5 - A amostra destinada à contraprova, bem como a que não possa ser submetida imediatamente a análise, devem ser conservadas à temperatura de cerca de 4º C.

6 - Em caso de impossibilidade da realização de exames sanguíneos, procede-se à análise de urina.

7 - O disposto nos n.º 3 a 5 aplica-se, com as devidas adaptações, às análises de urina.

Artigo 4.º

Competência para realizar os exames

1 - Os exames são realizados pelo médico do serviço ou por quem para tal seja designado, sempre que exista o apetrechamento com

analisadores qualitativos ou quantitativos, conforme os casos em que é exigido o emprego de uns ou de outros.

2 - Em caso de impossibilidade da realização dos exames no serviço, esta é levada a efeito pela instituição hospitalar ou pelo laboratório autorizado mais próximo, a solicitação do superior hierárquico referido no n.º 1 do art. 33.º do Dec.-Lei 174/93, de 12-5, sendo responsável pelos encargos a entidade que os requisita.

Artigo 5.º

Exame de resultado positivo

1 - Para os efeitos previstos neste artigo, é considerado de resultado positivo o exame por meio do qual se verifique uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 0,50g/l.

2 - Os exames de resultado positivo são registados no processo individual do examinado e relevam para efeitos de notação periódica.

3 - Em caso de exame de resultado positivo concluído antes de terminar o período diário de trabalho, o examinado fica nesse período, impedido de continuar ao serviço.

4 - O primeiro exame de resultado positivo por meio do qual se verifica uma taxa de álcool no sangue inferior a 1,20 g/l implica a proposta ao examinado de sujeição a medidas de saúde medicamente prescritas.

5 - O segundo exame de resultado positivo realizado dentro do período de um ano, bem como todo aquele por meio do qual se verifique uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 1,20g/l, implica a instauração de processo disciplinar.

Artigo 6.º

Intoxicação por estupefacientes

1 - Em caso de intoxicação de estupefacientes, é aplicado o disposto nos artigos anteriores, com observância do especialmente disposto nos números seguintes.

2 - O examinado é sujeito a teste de rastreio para determinação qualitativa do consumo de estupefacientes.

- 3 - Sempre que o resultado do teste de rastreio seja positivo, o examinado é sujeito, no prazo máximo de duas horas, a análise de sangue ou de urina ou outra que se mostre necessária para confirmação, sendo caso disso, daquele resultado.
- 4 - O exame de confirmação previsto no número anterior é realizado na instituição hospitalar ou no laboratório autorizado mais próximo.
- 5 - Sempre que se proceda à análise referida no n.º 3, são feitas duas colheitas, uma das quais destinada à contra prova no caso de esta ter sido requerida nos termos previstos neste Regulamento.
- 6 - Sempre que o resultado do teste de rastreio seja confirmado pela análise referida no n.º 3, é instaurado processo disciplinar.

Artigo 7.º

Comunicação de resultados

Os resultados dos exames e testes realizados são, o mais rapidamente possível e por escrito, comunicados a quem os ordenou e ao examinado.

Artigo 8.º

Recusa de sujeição a exames e testes

A recusa de sujeição aos exames e testes previsto nos artigos anteriores constitui violação grave do dever funcional de obediência.

Artigo 9.º

Contraprova

- 1 - O examinado pode requerer, por escrito, a realização de exame de análise biológica destinado à contraprova, suportando os encargos inerentes.
- 2 - O exame é requerido imediatamente após o conhecimento do resultado positivo decorrente da análise qualitativa ou da sujeição imediata ao analisador quantitativo, em caso de intoxicação alcoólica, ou após o conhecimento do resultado positivo do teste de rastreio, em caso de intoxicação de estupefacientes.

3 - O exame é realizado em instituição hospitalar ou laboratório autorizado indicado pelo examinado ou, caso tal indicação não conste no requerimento a que alude o n.º 1. no que se situar mais próximo do estabelecimento prisional.

4 - A colheita à contraprova é enviada à instituição ou laboratório referido no número anterior, pelo superior hierárquico referido no n.º 1 do art. 33º do Dec.-Lei 174/93, de 12-5, no prazo máximo de vinte e quatro horas.